

Defendida a unificação de todos os orçamentos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Alberto Hoffmann, do Tribunal de Contas da União, relator das contas do governo, exercício de 1984, defendeu ontem a unificação dos orçamentos governamentais e atribuiu o "fracasso da política antiinflacionária adotada pelo governo" à diversificação de orçamentos. Num parecer de quase 300 páginas aprovando as contas do último ano do governo de Figueiredo, Hoffmann propôs a renegociação da dívida externa, com taxas de juros internacionais menos elevadas; a diminuição do protecionismo comercial nos países desenvolvidos e a reorganização da gestão administrativa na economia interna.

Comentando os três orçamentos — fiscal, das empresas estatais e monetário —, o ministro afirmou que o Congresso Nacional só aprova menos de 20% do total dos dispêndios orçados para o exercício financeiro, ficando mais de 80% ao livre arbítrio do Poder Executivo. "A sociedade é quem financia os dispêndios do Estado — salientou o relator —, portanto nada mais justo que os patrocinadores das despesas tomem conhecimento, com antecedência, da programação global do governo."

Sobre a política cambial, o ministro afirmou que o mecanismo utilizado, embora tenha a virtude de estimular as exportações, constitui-se em ingrediente realimentador da

inflação, que tanto penaliza a classe assalariada quanto prejudica as empresas que assumiram compromissos em dólar, decorrentes de empréstimos em moeda ou de importações.

O ministro Hoffmann, destacou um item especial para os comentários sobre a dívida externa. Segundo ele, "a ser mantido no estágio em que se encontra o sistema financeiro internacional, dificilmente os países endividados poderão pagar as suas dívidas nas condições compromissadas, mesmo que restrinjam o crescimento da economia interna, impondo sacrifícios à sociedade, ou até que se socorra da renegociação, pois cada impulso das taxas de juros é o bastante para que os débitos se elevem a patamares superiores aos de antes e anulem as amortizações feitas em determinado período".

Em seu voto o ministro Luciano Brandão Alves de Souza propõe a organização de plano de salários, capaz de absorver a extensa gama de gratificações existentes, "que são formas artificiosas de retribuição de trabalho, beneficiando apenas categorias melhor situadas", e o fim da "dupla regência" para o funcionalismo público — estatutários e celetistas.

Já o ministro Mário Pacini defendeu a reorganização dos órgãos de controle interno, onde começa a fiscalização sistemática. Segundo o ministro é necessário que ele seja eficaz e eficiente para prevenir irregularidades na administração pública.